

**Inquérito Civil n. 06.2017.00002199-4**

## **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça em exercício na 2ª Promotoria de Justiça da comarca de São Lourenço do Oeste/SC, doravante denominado **COMPROMITENTE** e **CARLOS ANDRÉ BOIANI**, brasileiro, solteiro, estudante, inscrito no CPF sob o n. 041.601.239-61, residente e domiciliado na Rua Gerônimo Coelho, n. 50, Apto. 303, Centro I, no município de Brusque/SC, neste ato representado por seu procurador **CLAUDEMIR BOIANI**, brasileiro, casado, comerciante, inscrito no CPF sob o n. 737.979.799-91, residente e domiciliado na Rua Portal do Sol, s/n, Rod. 480, KM 05, bairro São Francisco, São Lourenço do Oeste/SC (instrumento de mandato anexo), doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2017.00002199-4, autorizados pelo art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, art. 14 da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, art. 89 da Lei Complementar Estadual n. 197/2000, e arts 25 a 36 do Ato n. 395/2018/PGJ, e:

**CONSIDERANDO** que o art. 127 da Constituição Federal dispõe que o Ministério Público é função permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, incumbida da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público, por força do art. 129, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, detém legitimidade ativa para agir em defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos;

**CONSIDERANDO** que a disposição inadequada de resíduos sólidos atinge direitos difusos da população, constitucionalmente garantidos, afetos às atribuições institucionais do Ministério Público;

**CONSIDERANDO** que de acordo com o art. 225, § 3º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, *"as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou*

*jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados";*

**CONSIDERANDO** que, na forma do art. 14, § 1º, da Lei n. 6.938/81, *"é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade";*

**CONSIDERANDO** que o art. 3º, inciso III, da Lei n. 6.938/81 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), define poluição como sendo *"[...] a degradação da qualidade ambiental resultante de atividade que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos";*

**CONSIDERANDO** que a vigilância sanitária compreende um *"conjunto de ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde (...)" (art. 6º, §1º, da Lei n. 8.080/90);*

**CONSIDERANDO** que a vigilância epidemiológica compreende um *"conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos" (art. 6º, § 2º, da Lei n. 8.080/90);*

**CONSIDERANDO** que a Lei Estadual n. 15.243/10 estabelece que *"ficam os ferros-velhos, as empresas de transporte de cargas, as lojas de materiais de construção, as borracharias, as recauchutadoras e afins localizadas no Estado de Santa Catarina obrigadas a adotar medidas de controle que visem a evitar a existência de criadouros para o Aedes aegypti e Aedes albopictus" (artigo 1º, sem destaque no original);*

**CONSIDERANDO** que tramita nesta Promotoria de Justiça o Inquérito Civil autuado sob o n. **06.2017.00002199-4**, o qual versa sobre a prática de infrações sanitárias, acúmulo de objetos sobre às margens da Rodovia, bem como

manutenção de criadouros de *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*, em decorrência das atividades desenvolvidas pelo "ferro velho" localizado na Rodovia SC 480, S/N neste Município de São Lourenço do Oeste/SC, de propriedade de Carlos André Boiani;

**CONSIDERANDO** que nos termos da documentação anexa ao presente procedimento constata-se que o referido estabelecimento tem gerado reclamações em decorrência do perigo causado pelos materiais deixados às margens da Rodovia e ainda, a falta de Alvará Sanitário de funcionamento;

**CONSIDERANDO** que é função institucional do Ministério Público a legitimação ativa para lavrar com os interessados termo de compromisso de ajustamento de condutas às exigências legais, com força de título executivo extrajudicial, conforme previsão do art. 5º, *caput* e §6º, da Lei n. 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública);

**CONSIDERANDO** a disponibilidade que o COMPROMISSÁRIO demonstra para regularizar a atividade;

## **RESOLVEM**

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

### **1 DO OBJETO:**

**Cláusula 1ª:** Constitui objeto deste Termo de Ajustamento de Conduta a adoção de medidas destinadas a regularizar as atividades do "ferro velho" a fim de mitigar o impacto ao meio ambiente e os danos causados à população e à saúde pública, em razão das atividades desenvolvidas pelo "ferro velho", situado na Rodovia SC 480, S/N, no município de São Lourenço do Oeste/SC.

### **2 DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIO:**

#### **2.1 DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER:**

**Cláusula 2ª:** O COMPROMISSÁRIO compromete-se a, **no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias**, contados da data de assinatura deste

Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), regularizar as licenças sanitárias, atendendo a todas as exigências legais formuladas pela Vigilância Sanitária do município de São Lourenço do Oeste, mediante vistoria, bem como a providenciar a cobertura e a proteção adequada de pneus novos, velhos, recauchutados, peças, sucatas, carcaças e garrafas, e, ainda, de qualquer outro material que se encontre no âmbito de suas instalações, evitando a sua exposição diretamente ao tempo, de forma a não continuar a ser foco gerador do mosquito *Aedes aegypti*, como forma de adequar as atividades em consonância com as normas de saúde pública, apresentando documentação comprobatória;

**Cláusula 3ª: O COMPROMISSÁRIO** se obriga a cumprir todas as normas estabelecidas na Lei Estadual n. 15.243/2010, que determina a adoção de medidas de controle que visem a evitar a existência de criadouros para o *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*.

**Cláusula 4ª: O COMPROMISSÁRIO**, a partir da data da assinatura do presente termo, obriga-se a somente receber quantidade de material de acordo com sua capacidade e que fiquem devidamente cobertos, mantendo sempre limpo o ambiente em que são exercidas suas atividades;

**Cláusula 5ª: O COMPROMISSÁRIO** em todas as circunstâncias, a partir da data de assinatura deste Termo, compromete-se a descartar todos os resíduos, sejam eles sólidos e/ou de outra natureza, assegurando a destinação ambiental correta aos materiais;

**Parágrafo único:** A destinação incorreta de materiais e resíduos provenientes do "ferro velho" em qualquer local inadequado e não condizente com as políticas ambientais e de saúde pública, será considerada violação imediata do compromisso, em qualquer época;

**Cláusula 6ª: O COMPROMISSÁRIO** se obriga a abster-se em deixar os materiais do "ferro velho" fora do local apropriado, impreterivelmente em relação às margens da rodovia SC 480, respeitando a distância mínima legal de 40 (quarenta) metros, contados 20 (vinte) metros para cada lado, a partir do eixo.

**Parágrafo único:** O abandono de quaisquer materiais do "ferro velho" em local inadequado, especialmente no que tange à Rodovia SC 480, será considerado violação imediata do compromisso, em qualquer época;

### **3 DO DESCUMPRIMENTO:**

**Cláusula 7ª:** Para a garantia do cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), o COMPROMISSÁRIO ficará sujeito ao pagamento de multa diária de **R\$ 200,00 (duzentos reais)**, em caso de atraso no cumprimento das obrigações previstas na **CLÁUSULA 2ª** do item anterior, além de multa no valor de **R\$ 1.000,00 (mil reais)** por cada infração realizada em que se verificar o descumprimento das obrigações assumidas nas **CLÁUSULAS 3ª, 4ª, 5ª e 6ª** cujos valores serão oportunamente revertidos em favor do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina;

**Parágrafo único:** A verificação do descumprimento de quaisquer cláusulas do item anterior, para fins de incidência das multas fixadas nesta cláusula, dar-se-á apenas por intermédio da atuação do órgão de fiscalização competente e pela certificação do atraso na comprovação do cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta, cuja apuração será realizada em procedimento próprio a ser instaurado;

### **4 DA FISCALIZAÇÃO PERIÓDICA:**

**Cláusula 8ª:** O Ministério Público, por intermédio de órgãos colaboradores, fiscalizará periodicamente, sem prejuízo de eventual requisição ou denúncia, o cumprimento deste termo, **sendo que o COMPROMISSÁRIO obriga-se a não se opor à vistoria pelos órgãos competentes, colaborando com a ação fiscalizadora;**

**Parágrafo único:** O descumprimento desta cláusula implicará multa diária no valor de **R\$ 500,00 (quinhentos reais)**, a correr do dia em que se der o ato de resistência à fiscalização por parte do COMPROMISSÁRIO, registrado em ato ou procedimento administrativo lavrado pela autoridade fiscalizadora, cessando-se sua exigibilidade na data em que a autoridade competente realizar a verificação.

### **5 DA EXECUÇÃO JUDICIAL DESTE TÍTULO:**

**Cláusula 9ª:** A inexecução injustificada dos compromissos previstos nas cláusulas acima ou a continuidade de posturas ilícitas pelo COMPROMISSÁRIO

facultará ao Ministério Público a imediata execução judicial do presente título, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, nos planos judicial ou extrajudicial.

## **6 DA OBRIGAÇÃO DO COMPROMITENTE:**

**Cláusula 10ª:** O COMPROMITENTE compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial de cunho civil contra o COMPROMISSÁRIO, caso venha a ser cumprido o disposto neste ajuste de conduta, sendo que o presente compromisso não exclui a responsabilidade administrativa e criminal pelo ato praticado, nem por sua eventual reiteração.

**Parágrafo único:** O COMPROMITENTE não se responsabilizará por eventual indeferimento de pedido de licença requerido pelo COMPROMISSÁRIO às autoridades competentes, uma vez que a expedição ou não das licenças, encontra-se dentro de seu poder discricionário, por meio do qual se avaliará o preenchimento ou não dos requisitos legais para deferimento do pleito, além das condições previstas neste Termo de Ajuste de Conduta;

## **7 DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO:**

**Cláusula 11ª:** O cumprimento das obrigações ajustadas não dispensa o COMPROMISSÁRIO de satisfazer quaisquer exigências previstas em outras legislações, tampouco de cumprir quaisquer imposições de ordem administrativa que digam respeito às normas inerentes ao caso.

## **8 DA REVISÃO E ADITIVO DESTE TERMO:**

**Cláusula 12ª:** COMPROMITENTE e COMPROMISSÁRIO, desde que haja comum acordo, poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

## **9 DO FORO DE ELEIÇÃO:**

**Cláusula 13ª:** Elegem COMPROMITENTE e COMPROMISSÁRIO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o foro da Comarca de São Lourenço do Oeste/SC para dirimir quaisquer dúvidas ou conflitos

oriundos do presente Termo.

#### **10 DA POSSIBILIDADE DE PROTESTO:**

**Cláusula 14ª:** O presente título executivo comportará o protesto, nos termos legais regulamentares e para surtir todos os efeitos que são lhe são próprios, com base na autorização do artigo 28, inciso V, do Ato n. 395/2018/PGJ.

#### **11 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**Cláusula 15ª:** O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, o qual será submetido à análise do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do artigo 9º, § 3º, da Lei n. 7.347/85 e do artigo 25 do Ato n. 395/2018/PGJ.

São Lourenço do Oeste, 30 de janeiro de 2019.

MARCIO VIEIRA  
Promotor de Justiça  
Compromitente

CARLOS ANDRÉ BOIANI  
Compromissário  
(p/p Claudemir Boiani)

#### Testemunhas:

Camila da Rosa Cardoso  
Assistente de Promotoria

Katia Carina Calvi Nicola  
Assistente de Promotoria

## DO ARQUIVAMENTO

Diante da celebração do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, o Ministério Público arquiva o Inquérito Civil n. **06.2017.00002199-4** e comunica o arquivamento, neste ato, ao COMPROMISSÁRIO, com fundamento no artigo 48, II, e na forma do art. 49, § 1º e § 3º, do Ato n. 395/2018 da PGJ, salientando que, no caso de não concordância com o arquivamento procedido, poderá apresentar razões escritas ou documentos para apreciação do Conselho Superior do Ministério Público até a sessão de julgamento, conforme estabelecido pelo artigo 50 do Ato n. 395/2018/PGJ.

São Lourenço do Oeste, 30 de janeiro de 2019.

[assinado digitalmente]

MARCIO VIEIRA

Promotor de Justiça

CARLOS ANDRÉ BOIANI

p/p Claudemir Boiani

Compromissário